



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



LEI DE INOVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: O CASO DOS PROJETOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS (PEA-BC)

Área Temática: Tecnologia e Produção

Nome dos Autores¹: Suelen Vianna Bahiense; Marcelo Carlos Gantos

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Resumo

A Lei de Inovação do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 5.361/2008) veio incentivando o Estado a estabelecer medidas de promoção à inovação e a pesquisa científica e tecnológica, acreditando que somente serão considerados como inovação social àqueles processos que promovam a inclusão social através de projetos em área restrita e determinada. Presentes na Bacia de Campos temos os Projetos de Educação Ambiental, o qual destacaremos o Projeto Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos. Este compreende a Petrobras, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), que, dessa forma, contribuem para a formação das três esferas da Tripla Hélice (universidade, governo e empresa). Sua linha de ação apresenta a inovação social como foco primordial, onde os sujeitos da ação educativa são incluídos de maneira participativa no processo, na intenção de mitigar o déficit informacional com relação aos recursos dos royalties e participações especiais na Bacia de Campos. O projeto passou por três etapas que destacam seu desenvolvimento até os dias de hoje: sensibilização, formação e implantação dos Núcleos de Vigília Cidadã. Uma de suas marcas é ser executado por uma universidade com visão crítica, que atravessa seus muros e atinge a sociedade.

Palavras chave: universidade; inovação; inclusão social.

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais.

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



1. Introdução

A Educação Ambiental no Licenciamento está inserida numa proposta educativa mais ampla, que toma o espaço da gestão ambiental pública através de seus órgãos competentes para a construção de práticas educativas de mitigação. Em função disso, tem crescido os processos de ensino-aprendizagem realizados através de grupos sociais envolvidos com o ordenamento pesqueiro, licenciamento ambiental, criação e gestão de unidades de conservação, gestão de recursos hídricos, prevenção de desmatamentos e incêndios florestais, além de outras atividades inerentes às competências e órgãos de gestão ambiental pública.

Esses grupos sociais, em sua grande parte, encontram-se excluídos dos principais debates que envolvem as localidades ou municípios o qual pertencem, o que os coloca como vulneráveis com relação as decisões de um determinado setor ou até mesmo envolvendo assuntos de interesse de toda população.

Nesse contexto, projetos de várias empresas operadoras de Exploração e Produção (E&P) de petróleo e gás *offshore*, através do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), vem se constituindo na principal ação de educação ambiental conduzida pelo IBAMA, tornando-se uma ferramenta basal no relacionamento com as comunidades afetadas pelos empreendimentos petrolíferos na BC.

A interação dessas empresas com universidades e o governo, formam o modelo de inovação conhecido como Tripla Hélice, que dão a universidade um lugar de destaque no contexto da inovação, bem como colocam o governo como ator relevante.

A partir da institucionalização da Lei de Inovação Federal, os Estados começaram a criar suas próprias leis de inovação, como por exemplo o Rio de Janeiro, que sancionou a Lei de nº 5.361/08. Esta tem como principal foco desenvolver processos de inovações que garantam a inclusão social através das ICTs (Instituições Científicas e Tecnológicas)², que

² **Art. 2º, parágrafo III Lei 5.368/2008** - Instituição Científica e Tecnológica no Estado do Rio de Janeiro – ICT: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, instituição privada e outros entes públicos estaduais que tenham por missão institucional formar recursos humanos e executar atividades ligadas à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, à inovação tecnológica e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



em parceria com empresas e sob fiscalização do governo vem executando projetos de educação ambiental dentro do Estado.

Dentre os projetos de educação ambiental, destacaremos o “Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos”. Esse projeto visa mitigar o déficit informacional em royalties e participações especiais dentro da Bacia de Campos. Ao mesmo tempo que cumpre uma exigência do licenciamento ambiental federal, ele dialoga com a Lei de Inovação Estadual do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de incluir cidadãos vulneráveis e excluídos, partindo da hipótese de que a carência de informação pública e a transparência na gestão dos royalties nos municípios que compõem a BC, conspiram significativamente para sua complexidade, bem como a ausência do controle social.

Diante disso, a estrutura deste artigo foi dividida em três partes: uma inicial, formada por uma revisão bibliográfica, contando um pouco sobre a história da inovação e como se chegou até a atual Lei Estadual de Inovação do Rio de Janeiro (Lei de nº 5.361/08). Nessa parte do trabalho, também será contada a origem do projeto “Territórios do Petróleo”. A segunda parte do trabalho, denominada de desenvolvimento, será composta pela trajetória do “Territórios do Petróleo”, destacando suas etapas e como este se desenvolveu até hoje. A terceira e última parte são as considerações finais, onde busca-se compreender como o Territórios do Petróleo, neste caso responsável pela política da inovação, percebe e lida com a inclusão social.

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Os primeiros passos da inovação

Etimologicamente inovação significa novidade ou renovação. A palavra é derivada do termo latino *innovatio*, e se refere a uma ideia, método ou objeto que é criado e que pouco se parece com padrões anteriores. Atualmente a palavra inovação é usada no contexto de ideias e invenções assim como a exploração econômica relacionada, sendo que

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



inovação é visto como a invenção que chega no mercado. O conceito inovação tem passado por diversas definições e concepções históricas envolvendo grandes economistas.

A questão da inovação foi inicialmente tratada por Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), um economista austríaco que no âmbito de sua formulação da Teoria do Desenvolvimento Econômico, proposta no início do século XX, considerava característica do sistema econômico capitalista seu grande dinamismo, promovido pela própria evolução do ambiente social. O autor atribui esse dinamismo à introdução de inovações na atividade produtiva.

Na América Latina surgiu com um pioneiro no estudo da inovação tecnológica, Jorge Sábato, conhecido como defensor incansável de um caminho próprio para as políticas científicas e tecnológicas. Argentino, nascido em 1924 e físico, Sábato defendia desde 1968, quando era diretor da Comissão de Energia Atômica da Argentina, a ideia de que para ser viabilizado e sustentável, o desenvolvimento demandava investimento elevado e inteligente na geração e no desenvolvimento de tecnologia (SARAVIA, 2005).

Até hoje fala-se do modelo “triângulo de Sábato” como estratégia para os países cujos setores industriais são débeis e dependentes. Esse modelo demonstra a necessidade de um relacionamento harmônico, em cada país, entre o setor produtivo, o de infraestrutura científico-tecnológica e o Estado. Ao governo caberia adotar um papel de liderança na promoção de projetos de alta tecnologia, colaborando com recursos. Já as universidades e centro de pesquisa caberia apoiar, fornecendo pessoal treinado para trabalhar nos projetos e nas empresas privadas e entidades públicas envolvidas. Para Sábato, esse modelo possibilitaria maior eficiência na assimilação de tecnologia e na exportação de bens com maior valor agregado, permitindo que a junção ciência e tecnologia funcionasse como catalizadora da mudança social (SARAVIA, 2005).

As tendências atuais acentuam como de fundamental importância para a consolidação da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, com o aumento da interação entre os atores que compõem o modelo da Tripla Hélice. Este, formulado por Etzkowitz e Leydesdorff (1995, 2000), se contrapõe à tradição schumperiana, que associa a inovação às empresas. Os autores conferem lugar de destaque às universidades e também incluem o governo como ator relevante. O modelo seria representando por uma espiral com três

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



hélices que se entrelaçam por meio de múltiplas interações entre as três esferas por elas representadas: a universidade, a indústria e o governo (CONDE e ARAÚJO-JORGE, 2003).

Neste novo mundo, não haverá espaço para pessoas, empresas e países que não estejam afinadas com o processo de produção do conhecimento. As interações preconizadas pelo modelo da Tríplice Hélice tornar-se-ão cada vez mais constantes, obrigando universidades e empresas a se abraçarem em um universo de troca, em benefício e sob a tutela de seus países.

No Brasil, a inovação ganha destaque normativo a partir da Constituição Federal de 1988 - CF/88. A Carta Maior menciona em seus artigos 218 e 219 a importância de se criar uma lei ordinária que promova e incentive o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica dentro das Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs.

A partir disso, é promulgada a Lei 10.973/2004, mais conhecida como Lei de Inovação. Sendo uma lei essencialmente federal, não poderá atuar nas demais esferas da federação. Com ela, houve uma determinação da criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), tendo estes a função de facilitadores no diálogo entre universidade e empresa e, em tese, gerir a mediação entre os atores de inovação (BARBOSA, 2011).

2.2 A Lei nº 5.361/2008 e a inclusão social

Para Denis Borges Barbosa, autor da obra “Direito da Inovação” com comentários a Lei Federal de Inovação (Lei nº 10.973/2004), esta não se aplica ao âmbito estadual, precisando este ter uma lei própria para regulamentação. É dentro dessa lógica que, logo após amplo debate, o Estado do Rio de Janeiro promulga a Lei nº 5.361 em 29 de dezembro de 2008, regulamentada pelo Decreto 42.302/ 2010.

Desde a entrada em vigor da Lei Federal de Inovação, dezessete leis estaduais de inovação já se encontram vigentes, entre elas a do Estado do Rio de Janeiro. Muito embora os Estados tenham redigido a lei de forma muito parecida, existem em cada uma delas algumas particularidades que merecem o devido destaque (PORTO, 2011).

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

A lei estadual de inovação do Rio de Janeiro (Lei nº 5.361/2008) estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo que, como a Lei de Inovação federal, visa o alcance da autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial, porém incorpora em seu texto de forma inédita no país a noção de “inclusão social”.

A definição de inovação para a Lei Estadual do Rio de Janeiro encontra-se em seu artigo 2º, inciso I, que a define como

“...introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo *ou social que resulte em novos processos*, produtos ou serviços, bem como em ganho de qualidade ou produtividade em processos, produtos ou serviços já existentes, visando ampliar a competitividade no mercado *ou melhorar as condições de vida da população do Estado do Rio de Janeiro*. Há de se considerar *que somente serão considerados como inovação social aqueles processos, produtos ou serviços que promovam a inclusão social em sua fase de implantação de projeto piloto em área restrita e determinada* e/ou transferência de tecnologia” (grifos nossos).

Essa definição encontra respaldo na Lei de Inovação nº 10.973/2004, que por sua vez diz que a inovação só poderá ser assim considerada se em seu objetivo final chegar a ser de utilidade no ambiente social, com ou sem efeitos para o setor produtivo (BARBOSA, 2011, p. 41).

A inclusão social pode ser entendida como a ação de proporcionar às populações social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais, etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média de outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens. Sendo um conceito polissêmico e de caráter político, em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente. Um dos aspectos da inclusão social é possibilitar que cada brasileiro tenha a oportunidade de adquirir conhecimento básico sobre a ciência e seu funcionamento, que lhe dê condições de entender o seu entorno, de ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e de atuar politicamente com conhecimento de causa.

Diante disso, pode-se definir inclusão social como um estado individual do cidadão em que ele se sente socialmente confortável para exercer a cidadania plena, e esta não se restringe apenas à cidadania política ou à civil, como assim tradicionalmente é entendida. A cidadania plena é o *status* do cidadão em um regime democrático, engloba a assunção de que o indivíduo, entre outros direitos, tem acesso à saúde, à educação, ao trabalho decente, sendo, pois, uma cidadania também social. A cidadania plena, portanto, notabiliza-se pelo acesso às prestações positivas e negativas dos direitos constitucionalmente assegurados a todos os seres humanos de uma dada sociedade (LYCURGO, 2008).

A Lei 5.361/2008 encontra o devido amparo legal na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com seus artigos 214 e 331, que tratam do desenvolvimento econômico e justiça social e do incentivo à pesquisa e à capacitação científica e tecnológica. O objetivo para a criação da lei seria promover a interação entre empresas, ICTs e agências de fomento, resultando em ambientes especializados e cooperativos de inovação, como incubadoras de empresas, parques tecnológicos e centros de pesquisa e desenvolvimento.

A Lei de Inovação Estadual do Rio de Janeiro reconhece que, para que ocorra inclusão social e o desenvolvimento nas regiões desfavorecidas do país, é necessário que o Estado reconheça e dinamize mecanismos que orientam medidas para gerar estímulos aos atores que inovam, flexibilizando atividades e as relações das ICTs e, conseqüentemente, gerando uma cultura de inovação socialmente inclusiva para o país.

2.3 O Territórios do Petróleo

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Em abril de 2014 um grupo de professores e técnicos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF deram início ao processo de desenvolvimento e implantação do projeto de mitigação denominado “Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos”. Esse projeto foi formalizado através do convênio formado entre Petrobras, UENF e Fundenor (Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional), contemplando os seguintes municípios da Bacia de Campos: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra.

O Territórios do Petróleo se inscreve no âmbito do PEA-BC no Rio de Janeiro, compondo uma trama de medidas mitigadoras dos empreendimentos alvo do licenciamento ambiental federal conduzido pelo IBAMA nesta área de exploração, por meio da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 001/10. Entre outras ações, o programa prevê o desenvolvimento de projetos de educação ambiental pelas empresas que atuam na indústria de petróleo e gás, no âmbito da BC, tendo como público as comunidades afetadas pelos impactos socioambientais dos empreendimentos licenciados.

Fruto do Diagnóstico Participativo do PEA-BC, o projeto Territórios do Petróleo está sendo norteado pelas linhas de ação do IBAMA e pretende apoiar os municípios no melhor entendimento sobre os royalties, tanto no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição dos recursos, quanto na aplicação dos mesmos pelo poder público. Isso se deve ao grave déficit informacional sobre a aplicação dos recursos dos royalties e das participações especiais, conforme evidenciado pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012).

O projeto Territórios do Petróleo se vincula à Linha de Ação B – “Controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural”, inserido na Nota Técnica nº 001/2010, onde o foco da linha é:

Apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

governamentais (royalties e participações especiais) pelo poder público municipal.

O documento que fundamenta as demandas do projeto Territórios do Petróleo é o Diagnóstico Participativo do PEA-BC. Nele, que inicialmente se definiu e identificou a questão dos royalties como um dos macro impactos socioeconômicos derivados da atividade petrolífera na região, revelou ainda que os royalties do petróleo tendem a representar um dos temas que mais interessam a todos os grupos sociais, dado que foi corroborado pelo déficit informativo bastante generalizado em todos os seguimentos sociais participantes da experiência. Ainda se destaca que, pela sua transcendência e complexidade, esse quadro negativo necessita ser abordado no campo da educação ambiental de forma consolidada a ações estruturadas e focalizadas para promover e aumentar o acesso à informação e a compreensão pública deste processo.

Dessa forma, o grupo de trabalho composto pela equipe da UENF em diálogo com os técnicos da Petrobras, na tentativa de encontrar a resposta e a solução para esse problema, buscou elaborar estratégias coletivas de qualificação e articulação nas comunidades vulneráveis aos impactos da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural.

Essas estratégias seriam as de criar dispositivos inovadores e processos educativos que contribuam a diminuir esse déficit informacional da população e promover o aumento dos níveis de organização e de efetividade do controle social dos cidadãos (tomados como sujeitos da ação educativa) sobre os recursos financeiros das participações governamentais provenientes do empreendimento petrolífero da BC.

Isso posto, a proposição técnica e política fundamentada no “Territórios do Petróleo” buscou incidir na mitigação do déficit informacional mediante planejamento e execução de ações integradas e gradativas de educação ambiental, que ao final de 24 meses resultem no desenvolvimento e implementação dos Núcleos de Vigília Cidadã.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



3. Desenvolvimento

3.1 A Caravana Territórios do Petróleo

O primeiro Ciclo do projeto, que atua e intervém – direta e indiretamente – sobre um público diversificado pertencente a dez municípios da denominada BC, foi organizado em três etapas consecutivas a serem desenvolvidas dentro de 24 meses, que seriam: I) Etapa de Sensibilização comunitária; II) Etapa de Formação e III) Etapa de Implantação dos Núcleos de Vigília.

A primeira etapa deste processo, que consiste no reconhecimento e mobilização das comunidades vulneráveis aos impactos da indústria de petróleo e gás identificadas no Diagnóstico Participativo do PEA-BC, assim como no convite a participar de um espaço de aprendizagem itinerante foi denominado “Caravana Territórios do Petróleo”.

A mobilização para a Caravana consistiu num trabalho árduo, longo e relevante realizado pela equipe do projeto, no qual foram visitadas comunidades rurais, e quilombolas, pescadores e outros grupos que constam no Diagnóstico Participativo do PEA-BC, ampliando-o para outras comunidades que foram detectadas ao longo do trabalho.

A Caravana foi projetada para percorrer os dez municípios atendidos pelo projeto e selecionados em função do alto grau de dependência municipal de renda petrolífera. Uma segunda versão da Caravana, reduzida e posterior, foi projetada para visitar e atender comunidades específicas dos mesmos municípios.

Dessa forma, a Caravana é entendida como um espaço não formal e itinerante de aprendizagem, que não se esgota na sua passagem, mas é motivadora de novas ações de mobilização e ação social. A ideia prima dessa etapa inaugural do projeto seria uma forma de proporcionar a população da BC um espaço educativo diferenciado, atrativo e de qualidade para atingir os fins previstos em função da aridez do tema a ser tratado. Ao mesmo tempo, busca-se a estratégia de sensibilizar a comunidade a participar das futuras ações do plano de trabalho do projeto Territórios do Petróleo.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

A proposta que a Caravana se desenhou seriam atividades imaginadas para a população com uma abordagem leve e lúdica, que juntasse elementos do espetáculo cultural mambembe, associados no bojo do licenciamento ambiental, à noção pedagógica e informacional de um espaço museu itinerante.

3.2 Atividades da Caravana

A Caravana apresentou nos dez municípios em sua versão completa as seguintes atividades:

a) “Circuito Ambiental”:

- Totens (ou teclas interativas): seria uma atividade pedagógica que tem por objetivo apresentar aos visitantes o acesso a teclas interativas que informam sobre instituições participantes do projeto, o PEA-BC, o licenciamento ambiental e dados sobre os municípios participantes do projeto “Territórios do Petróleo”. Esses dados, em permanente atualização, resultam de pesquisas prévias sobre dados socioeconômicos, demográficos e sobre recebimento e aplicação dos royalties nos municípios, e visam reduzir o déficit informacional da população. Tecnicamente, o Totem é um dispositivo informativo eletrônico dotado de um sistema multimídia de acesso direto para o usuário.

- Jogo colaborativo (e não competitivo): atividade pedagógica que tem por objetivo discutir de forma lúdica aspectos e conceitos inerentes ao projeto “Territórios do Petróleo”, sendo eles: controle social, orçamento público, royalties, licenciamento ambiental, cooperação e participação especial.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Figura 1 - Momento de jogos interativos, linha do tempo e teatro na Caravana.

- Exposição “Linha do Tempo” (contendo a evolução das sociedades a partir das energias): atividade pedagógica que tem por objetivo apresentar aos participantes uma abordagem histórica do uso ao longo dos tempos, a descoberta do petróleo como fonte de energia e sua exploração no Brasil.

b) Eventos Culturais:

- Mostra de Cinema Ambiental “Territórios em Foco”: atividade pedagógica que tem como objetivo discutir e polemizar sobre temas como justiça ambiental e conflitos ambientais, impactos da indústria do petróleo, educação para a autonomia do sujeito e direitos humanos.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Figura 2 – Circuito Ambiental com totems e mostra de cinema na Caravana.

- Teatro “Territórios em Cena” (usando técnicas provenientes do Teatro do Oprimido): atividade pedagógica que teve como objetivo discutir de forma lúdica as relações assimétricas entre opressor e oprimido e o papel da mobilização social e a responsabilidade cidadã de cada um e dos grupos representados dentro do processo de controle social.

c) Atividades Programadas:

- Mesa Redonda “Territórios em Rede” (no estilo programa de auditório perguntas e respostas, com convidados especialistas, comunitários e público convidado): atividade pedagógica que teve por objetivo discutir a participação social dos municípios que tem projetos de condicionantes da indústria do petróleo e gás.

- Oficina do Futuro: atividade Pedagógica: que tem por objetivo discutir coletivamente os problemas locais, vislumbrar os caminhos possíveis de participação e

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

identificação pertencentes aos grupos prioritários do projeto que tinham participado do “Circuito Ambiental” e que apresentaram interesse em tomar parte em um processo de formação.

- Espaço de articulação entre os Projetos de Educação Ambiental (PEAs): Espaço planejado dentro da Caravana voltado à divulgação de cada um dos projetos de educação ambiental do licenciamento ambiental federal que atua em cada município visitado. Este espaço não só brindou esclarecimentos sobre atividades ao público participante da Caravana, como também favoreceu trocas entre os membros dos PEAs.

Além desses eventos, também foram criados materiais didáticos de apoio como a Cartilha: “Territórios do Petróleo: Cidadãos em Ação. Ao fim do Circuito Ambiental, cada participante recebia esse material, elaborado pelo projeto, o qual apelidamos de “cartilha” e que traz este conjunto de informações.

3.3 Oficinas de Formação

Uma vez concluída a Etapa de Sensibilização, constituída pela Caravana, inicia-se um novo momento do projeto, denominado Etapa de Formação. Ela destina-se a um público mais reduzido, selecionado entre aqueles visitantes que se mostraram mais participativos, interessados e com características potenciais ou práticas consolidadas de liderança, visando à multiplicação dos saberes das comunidades atendidas.

Nessa etapa, o objetivo é facilitar o acesso a diversas informações e à apropriação de linguagens e tecnologias de informação e comunicação que aproximem esses grupos de cidadãos – considerados pelo projeto como Sujeitos da Ação Educativa (SAE) - e lhes possibilitem ampliar seu horizonte de compreensão para interação social mais qualificada.

A partir desse caminho, foram ministradas por professores da UENF, oficinas de formação para os SAEs:

- **Oficina I** (nível básico): Fotografia digital – estudos dos impactos socioambientais e políticas públicas por meio de produção de imagens;
- **Oficina II** Licenciamento e educação ambiental;

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



- Oficina III (nível intermediário): Cidadania, controle social e orçamento público e royalties;

- **Oficina IV:** Redes, mídias digitais e linguagem jornalística;

- **Oficina V:** Oficina Municipal de Avaliação;

- **Oficina VI** (nível avançado): Oficina de Educomunicação.

A proposição técnica dessas formações busca incidir no desenvolvimento territorial dos Núcleos de Vigília Cidadã, que teriam como objetivo a construção coletiva de espaços aptos para comunicação popular e inclusão digital que, mediados pelos princípios da educação ambiental, favoreçam a ampliação do acesso a formas contemporâneas de cidadania. A previsão é que, além disso, os NVCs operem processos de qualificação orientados à alfabetização digital e audiovisual e a geração, partilha e disseminação de informação.

4. Considerações Finais

O Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PEA-BC, que contempla a atuação de projetos de educação ambiental de várias empresas operadoras de E&P na Bacia de Campos, se constitui na principal ação de educação ambiental conduzida pelo IBAMA, sendo uma ferramenta basal do relacionamento com as comunidades afetadas pelos empreendimentos petrolíferos.

O projeto Territórios do Petróleo apresenta uma metodologia de cunho interdisciplinar e de base participativa, o qual se fundamenta nos princípios propostos pela educação ambiental crítica, promovendo o desenvolvimento progressivo nas etapas formativas consecutivas dispostas ao longo dos 24 meses. Além disso, também apresenta uma abordagem pedagógica que se apoia em experiências comunitárias provenientes de práticas de extensão universitária da UENF, que se baseiam na indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

A parceria entre as empresas, universidades e governo para que tais projetos aconteçam, reforçam o quanto as tendências atuais acentuam como de fundamental importância a interação entre os atores que compõe o modelo da Tripla Hélice. Nesse

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

sentido, a relação estabelecida entre a demandante Petrobras; a UENF, uma universidade pública estadual como executora; e o IBAMA, órgão ambiental federal, como condutor do processo de licenciamento, configura e consolida a estratégia inovadora na gestão pública ambiental dentro do Estado do Rio de Janeiro.

É possível perceber que a academia vem se abrindo para estes tipos de projetos, o que insinua a inclusão social prevista na Lei de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

Espera-se que a partir da experiência do “Territórios do Petróleo” abra possibilidades para ativar arranjos sociais virtuosos na gestão pública do licenciamento ambiental federal, inovando a parceria entre as comunidades vulneráveis aos impactos da indústria de petróleo e gás e os atores universitários.

Da Caravana até os Núcleos de Vigília Cidadão, buscou-se associar a educação ambiental para combater o déficit informacional nos royalties do petróleo verificado na sociedade e, ao mesmo tempo, incluir esses novos atores nessa restrita discussão pública.

O papel da universidade como executora e disseminadora desse tipo de trabalho junto a comunidades vulneráveis e excluídas, seria de um valor dado pela nova percepção popular da universidade, vista não somente como lugar de produção de conhecimento, mas também como espaço de inovação e promoção social.

5. Referências Bibliográficas

ARBIX, G.; CONSONI, F. Inovar para transformar a universidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, nº 26. 2011, São Paulo.

ARAÚJO, N. M. S. *et al.* **Educação Ambiental e Serviço Social: o PEA e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente.** 2 Ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2013. 262 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

_____. **Lei nº 5.361, de 29 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 29 de dezembro de 2008.

_____. **Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União de 2 de dezembro de 2004.

BARBOSA, D. B. **Direito da Inovação** – Comentários à Lei de Inovação, Incentivos Fiscais da Inovação, Legislação Estadual e local, Poder de Compra do Estado (modificações à Lei de Licitações). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 9 a 193.

CGPEG/DILIC/IBAMA. Nota Técnica N° 001/10. **Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás.** Rio de Janeiro: CGPEG, 2010 c.

CONDE, M. V. F.; ARAÚJO-JORGE, T. C. de. Modelos e concepção de inovação: a transição de paradigmas, a reforma da C&T brasileira e as concepções de gestores de uma instituição pública de pesquisa em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 8, n. 3, p. 727-741, 2003.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. **Universities in the global economy: a triple helix of University-Industry-Government relations.** London: Cassel Academic, 1995.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from national systems “mode 2” to tripe helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, Amsterdam, v. 29, n. 2, 2000.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

GANTOS, M. C.; MARTINEZ, S. A. **Projeto “Territórios do Petróleo” como ferramenta de educação ambiental crítica** – A Caravana Territórios do Petróleo ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos. Rio de Janeiro: Eduenf, 2016, p. 69-90.

GANTOS, M. C.; **“Territórios do Petróleo”:** uma experiência de educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental de petróleo e gás no Brasil – A Caravana Territórios do Petróleo ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos. Rio de Janeiro: Eduenf, 2016, p. 25-38.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.

LYCURGO, T. "Inclusão Social e Direito: por uma Democracia Constitucional." **Revista Trabalhista Direito e Processo** 85-94. 2008.

PLONSKI, G. A. Bases para um movimento pela inovação tecnológica no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v.19 n.1, p. 25-33, jan/mar. de 2005.

PORTO, P. C. da R.; **Leis Locais de Inovação. Direito da Inovação** – Comentários à Lei de Inovação, Incentivos Fiscais da Inovação, Legislação Estadual e local, Poder de Compra do Estado (modificações à Lei de Licitações). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 661-664.

SARAVIA, E. **Uma homenagem a Jorge Sábato: um pioneiro do estudo da inovação tecnológica na América Latina.** EBAPE. 2005. Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape>. Acesso em: 20 de Jan. 2014.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:

